



GT - GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

## **FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS E AGENTES SOCIAIS: uma estratégia de enfrentamento das desigualdades sociais no Rio grande do NORTE**

Fernanda Soares Alves<sup>1</sup>, João Batista de Lima Martins Neto<sup>2</sup>, Maria Eduarda Santos Silva<sup>3</sup>,  
Maria Luiza Santos Nascimento<sup>4</sup>

### RESUMO

O projeto Curso de Formação de Lideranças e Agentes Sociais Multiplicadores/as desenvolvido pela extensão universitária, através da Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários em parceria com Serviço de Assistência Rural e Urbano e tem como propósito fortalecer a incidência política das comunidades, através da formação política, tendo como metodologia a Educação Popular. O curso é dividido em módulos com aulas teóricas e debates sobre temas da realidade social. Ao final da experiência os participantes realizam um gesto concreto a partir de um problema da comunidade onde vivem e atuam. Dito isto, o artigo tem o objetivo de analisar a atuação da extensão universitária no âmbito da formação política de lideranças comunitárias. Esse estudo foi desenvolvido por meio da pesquisa qualitativa, na qual se examinou documentos e se realizou revisão bibliográfica acerca do tema, utilizando o método crítico dialético para melhor análise da experiência. Com relação aos resultados será abordado os objetivos do curso, o processo de formação dos agentes comunitários, os conteúdos, os gestos concretos, que partiram de problemas existentes na realidade e em consonância com a luta por direitos, alinhados a construção da consciência de classe e estratégias para superação dos problemas coletivos.

**Palavras-chave:** Formação, Extensão universitária, Incidência Política.

### 1 INTRODUÇÃO

O artigo aqui exposto busca analisar a experiência realizada pela Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários - INICIES/UFRN, na realização do Curso de Formação de Lideranças e Agentes Sociais Multiplicadores, em parceria com o Serviço de Assistência Rural e Urbano. A INICIES é uma incubadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, criada em 2012, que atua com o objetivo de fortalecer e fomentar iniciativas socioeconômicas solidárias enquanto estratégia de desenvolvimento sustentável, possuindo como base formativa os processos de

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social (UFRN) bolsista INICIES; integrante do Grupo de Pesquisa Preserv-Ação;

<sup>2</sup> Graduando em Serviço Social (UFRN) bolsista INICIES; integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social.

<sup>3</sup> Graduanda em Serviço Social (UFRN) bolsista INICIES.

<sup>4</sup> Graduanda em Serviço Social (UFRN) bolsista INICIES; integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social.



educação popular além do aprimoramento e disseminação de tecnologias sociais com povos e comunidades tradicionais, grupos populares e movimentos sociais.

O objetivo da INICIES em fomentar a promoção de iniciativas populares de associações e cooperativas com ações de incidência política e estratégias de desenvolvimento local, toma como base princípios da economia solidária, como: a valorização da igualdade, o respeito às culturas de povos e comunidades tradicionais e a defesa dos direitos humanos.

A INICIES desenvolve projetos interventivos que buscam beneficiar populações vulneráveis, no estado do Rio Grande do Norte, fazendo uso de diversos meios e mecanismos para contribuir com a promoção do trabalho associado entre pequenos produtores, possibilitando a sua sustentabilidade econômica. A escolha dessa opção visa a geração de trabalho e a obtenção de renda que possa ser revertida em melhorias nas condições de vida das pessoas e das comunidades.

Não é novidade que a UFRN é reconhecida como importante instituição de produção de conhecimento e intervenção na realidade potiguar; suas atividades de pesquisa, ensino e ações de extensão se caracterizam como parte do processo formativo da graduação e da pós-graduação. Desta forma, as ações realizadas pela INICIES buscam a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão universitária. A concepção da extensão universitária permite o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição. Por isso, é necessário retomar alguns conceitos antes de avançar nos demais itens desse trabalho.

O Curso de Lideranças e Agentes Sociais vem sendo desenvolvido desde 2021, sendo realizado a terceira turma nesse ano (2023) atingindo um público de lideranças atuantes em comunidades urbanas e rurais, de organizações populares e movimentos sociais. Essa experiência vem contribuindo para o fomento de trabalhos de base como mecanismos de enfrentamento das desigualdades sociais instituídas pela ordem social do capital. Dito isso, o presente artigo trata de analisar o processo formativo desenvolvido em 2022. A estrutura desse artigo está dividida em seções: a introdução; a problematização teórica que visa discutir a educação popular e a incidência política como base do estudo e a extensão universitária; a metodologia utilizada para a



construção do trabalho; assim como, os resultados do trabalho da extensão universitária no fortalecimento da organização local, através da formação política de lideranças e o processo do curso de lideranças e agentes sociais multiplicadores.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

---

### 2.1 Educação popular, metodologia e promoção de incidência política

A educação é entendida na sociedade como uma porta para o sucesso e oportunidades, no Brasil, é uma política pública garantida pela Constituinte de 1988, que afirma no Art. 205: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Entretanto, essa política está hoje ameaçada, visto que nos anos 1990 inicia-se no Brasil a alta disseminação do neoliberalismo, a nova lógica que orientará o modo de produção do sistema capitalista, tendo como objetivo a diminuição do financiamento das políticas públicas na justificativa de melhor desenvolvimento do Estado e da sociedade. Como afirma Silva e Braga (2010): "No Estado capitalista, a política social tornou-se um dos elementos utilizados para manter o equilíbrio entre a dominação e a reprodução do capital, abstraindo dos trabalhadores certo consenso no atendimento de demandas focalizadas". Dessa forma, em seu princípio o sistema educacional público deveria receber a aplicação de 18% da receita de imposto da União, mas a política de educação começa a sofrer com subfinanciamento: Somando-se a isso, é estabelecido um mecanismo de Desvinculação das Receitas da União (DRU), desvinculando 20% das receitas gerais, o que, incidindo nos citados 18%, reduzia-os a 14,4%. (FERREIRA, 2019, p.505).

Esse subfinanciamento seguiu até o ano de 2016, quando ocorreu o golpe político no Estado, que retirou a Presidenta Dilma Rousseff e Michel Temer assumiu o cargo de presidente. Essa situação agudizou o desfinanciamento das políticas sociais com a aprovação da EC 95, que congela os gastos públicos na saúde e na educação por 20 anos. O governo posterior, seguiu com o avanço das políticas neoliberais, atacando diretamente as universidades e instituições federais, como em novembro de 2022 quando homologou o Decreto 11.269, que retira toda a verba destinada aos



institutos federais; e além disso, aproveita-se da crise sanitária da Pandemia da Covid-19 e inicia o investimento em aulas à distância, deixando as unidades federadas de ensino, cada vez mais precarizadas.

Por conseguinte, é necessário pontuar que o sucateamento da educação ocorre para reforçar os objetivos das classes dominantes, pois a educação tem um papel essencial na formação dos indivíduos e para reprodução social na sociedade. Ao inseri-la no sistema de expropriação e exploração tem-se uma educação institucionalizada com o propósito de controlar o pensamento social e o status quo. A sociedade burguesa dita quem acessa ou não a educação, assim como, elege o saber que é válido ou não, como foi visto na reforma do ensino médio, homologada em 2017, que aumenta a carga horária anual e flexibiliza a organização curricular, tornando a educação institucional ainda mais tecnicista, com o propósito de:

Trata-se de conformar um cidadão mínimo, que pensa minimamente e que reaja minimamente. Trata-se de uma formação numa ótica individualista, fragmentária - sequer habilita o cidadão e lhe dá direito a um emprego, a uma profissão, tornando apenas um mero "empregável" disponível no mercado de trabalho sob os desígnios do capital em sua nova configuração. (FRIGOTTO, 2001, p.80)

A educação é um instrumento ideológico, com isso, em resistência e combate a educação bancária, surge a Educação Popular, uma educação alternativa originada a partir da organização de grupos populares das comunidades urbanas e rurais, sendo uma opção política e pedagógica. Além de ser um fenômeno sócio cultural que faz parte de um Projeto Político de Transformação Social que tem como propósito construir uma prática educativa que se adeque, contribua e fortaleça a realidade do grupo trabalhado. (LIMA, 2004).

A Educação Popular se propõe a ser libertadora e de caráter emancipatório, uma das características fundamentais de sua prática educativa popular é a estruturação de uma metodologia e um método para não tecnificar o ensino, como afirma Brito (2003):

O processo formativo deve ir ajudando as pessoas a enxergar mais e melhor, perceber mais adiante, mais profundo e mais longe, desvendar o que nem sempre fica claro à primeira vista, daí são utilizadas informações, instrumentos, dinâmicas, que contribuem para este



enxergar melhor, para conhecer mais e melhor, para saber mais e melhor. (BRITO, 2003, p.01)

A educação popular tem o propósito de incidência política ao ser utilizada no trabalho de base, promovendo uma maior participação das massas trabalhadoras na luta por direitos. As transformações que o país necessita, devem ser feitas a partir de um movimento dos trabalhadores, dentro de suas realidades, onde eles tenham voz e força para conquistar suas reivindicações, como afirma Silva (2001, p.17): "Só uma convicção profunda pode se dispor a vencer a cultura autoritária e o personalismo e contribuir para que o povo se torne protagonista e tome a direção da barca". Para isso, requer a reconstrução educativa contra hegemônica que se une às classes populares que sofrem opressão da sociedade burguesa, que pretensiosamente torna a educação um privilégio de classes.

## 2.2 Extensão universitária, um instrumento de fortalecimento da Educação Popular

Nos processos da extensão universitária, a INICIES busca realizar uma educação emancipadora, com uma prática dialógica, mais apropriada à construção de processos autogestionários, garantindo autonomia dos sujeitos para que superem a subalternidade e possam participar de forma plena e consciente das decisões que lhes dizem respeito. Daí a profunda integração entre extensão universitária e educação popular cuja base de referência, conforme Melo Neto (2004), é a compreensão de que a universidade e a sociedade são entes de uma mesma realidade em constante relação e que a extensão expressa "um trabalho social útil como processo educativo, cultural e científico, porém voltado à construção de uma nova hegemonia". Dessa forma, o produto da extensão – o saber – pertence tanto à Universidade como à comunidade, pois ambos são construtores e possuidores do conhecimento.

Parte-se da ideia de que os protagonistas são todos os sujeitos implicados, que se sentem pertencentes e envolvidos em todos os processos, fortalecendo a comunidade. Mantém-se distância, portanto, de concepções e de práticas de extensão universitária que, segundo Melo Neto (2004), considera que a universidade deve estender ou levar o seu conhecimento acadêmico à sociedade, enquanto uma prestadora de serviços, ou que, além de levar e conceder tais saberes, também faz



concessões ao trazer para dentro da instituição certos conhecimentos da sociedade para aproveitá-los ou reprocessá-los, em uma relação assimétrica de troca de saberes. Com isso, consideramos necessário desenvolver processos que sejam capazes de questionar o conhecimento disponível e projetá-lo com a participação direta dos trabalhadores associados. A INICIES têm o desafio de contribuir com a produção do conhecimento, dialogando com a sociedade, contudo, construindo processos nos quais estão implícitas outras maneiras de educar, aprender e pesquisar.

Esta compreensão política da extensão universitária se coaduna com os objetivos da Política Nacional de Extensão (2012), tais como: (a) a reafirmação da extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade; (b) o compromisso com uma relação entre a universidade e a sociedade, de tal modo que os problemas sociais urgentes recebam atenção produtiva por parte da universidade; (c) a prioridade às práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes; (d) o estímulo de atividades cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da universidade e da sociedade e; e) a ênfase na utilização de tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação.

Dessa forma, as ações que são frutos da parceria entre a INICIES e o SAR que resultam em atividades de formação, estudos e parcerias fornecendo apoio e suporte necessários para o desenvolvimento das capacidades organizativas. Daí a compreensão, conforme Melo Neto (2004, p. 54), de que a extensão universitária expressa "um trabalho social útil como processo educativo, cultural e científico, porém voltado à construção de uma nova hegemonia", o que requer a aproximação com uma educação libertadora, com uma prática dialógica, na qual o oprimido, isto é, o conjunto de sujeitos envolvidos nesses processos, planeja e constrói sua própria realidade (FREIRE, 2016).

Na própria universidade há um conjunto de iniciativas relacionadas à economia popular solidária, essas iniciativas perpassam pelas três dimensões do ensino universitário merecendo destaque os processos de incubação e assessoramento aos



empreendimentos e redes de cooperação que se caracterizam como práticas dessa alternativa ao modelo predominante de produção. Esses processos envolvem docentes, técnicos, discentes e colaboradores externos à universidade, todos os envolvidos compreendem que não são completos conhecedores da economia solidária, mas sim, instrumentos de interlocução entre o conhecimento acadêmico e as realizações das ações.

Gadotti (2017) define esse processo como uma das vertentes da extensão.

Vejamos:

A segunda vertente entende a extensão como comunicação de saberes. É uma visão não assistencialista, não extensionista de Extensão Universitária. A proposta de Paulo Freire de substituição do conceito de extensão pelo de comunicação vai nesta linha. Ela se fundamenta numa teoria do conhecimento, respondendo à pergunta: como se aprende, como se produz conhecimento. Uma teoria do conhecimento fundamentada numa antropologia que considera todo ser humano como um ser inacabado, incompleto e inconcluso, que não sabe tudo, mas, também, que não ignora tudo. (GADOTTI, 2017 p 5)

De tal modo, as equipes que realizam extensão universitária compreendem que necessitam conhecer a realidade na qual estão atuando para poder elencar as potencialidades e fraquezas das iniciativas acompanhadas. Assim conseguem elaborar estratégias de desenvolvimento para essas regiões que são abarcadas por diversas questões societárias e institucionais além dos determinantes estruturais do capitalismo.

Considerando essas informações, é correto afirmar que os processos formativos da extensão universitária ultrapassam os limites da incubação ao empreendimento para a viabilidade econômica, constituindo-se através da formação de sujeitos políticos coletivos que além de atuarem nas atividades econômicas buscam a superação da exclusão social, da precarização e subordinação da pequena produção. Nesse sentido, Rodrigues (*et al*, 2013) afirmam que a extensão deve exercer influência no ensino e na pesquisa e não ficar isolada destes. Assim, as produções acadêmicas nos campos do ensino e da pesquisa fazem da extensão um mecanismo de democratização do conhecimento.

O que se produz de conhecimento junto aos empreendimentos de Economia Solidária possui elementos de conhecimento científico como também carrega valores



e interesses do contexto no qual foi desenvolvido. Logo, o conteúdo produzido nas ações de Economia Solidária não é neutro, é construído coletivamente com os sujeitos a partir da sua realidade. Os grupos que compõem os empreendimentos Econômicos Solidários, historicamente, são excluídos da produção de conhecimento convencional. Além disso, um dos fundamentos da economia solidária é a autogestão, propiciando a produção e democratização do conhecimento.

Os atores da economia solidária, para além dos empreendimentos, são organizados em fóruns e redes, se comprometendo com a ampliação e o acesso a direitos para com os seus, estando presentes nos processos políticos que discutem e definem as políticas públicas. Isso, requer que as ações relacionadas à promoção de economia solidária, na academia, tenham conhecimentos e capacidades de fortalecimento a esses atores sociais. Para tanto, se faz necessário interlocuções com a Educação Popular, na perspectiva da viabilização de uma educação que possibilite sintetizar a vivência com os processos sociais e políticos para potencializar as capacidades políticas desses sujeitos.

Para desenvolver seus projetos, a INICIES construiu, ao longo de 11 anos, parcerias com entidades, iniciativas e organizações que atuam com Economia Solidária. Dentre as instituições parceiras, o Serviço de Assistência Rural e Urbano (SAR) se destaca, sendo uma associação civil sem fins lucrativos comprometida com as ações populares que busca ampliar as práticas alternativas ao modo de produção como exercício de cidadania e universalização das políticas públicas. Um dos frutos dessa parceria é o Curso de Formação de Lideranças e Agentes Sociais que objetiva desenvolver processo de formação de lideranças e agentes sociais multiplicadores com vistas a fortalecer suas ações de incidência política nos espaços territoriais onde atuam.

---

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é parte intrínseca do processo de produção do conhecimento e da formação acadêmica. Ela (a pesquisa) se realiza através de um método científico. Para tanto, no presente artigo, foi utilizado o método crítico dialético de Karl Marx, o qual se caracteriza pelo humanismo e historicismo absoluto, pelo materialismo e pela dialética





que confere um entendimento do movimento como processo, o qual é marcado pelo uso de dedução e indução (PRATES, 2016)

Essa produção se realiza por meio de abordagem qualitativa, a qual, conforme Minayo (2001):

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 21-22).

A metodologia também utilizou a pesquisa qualitativa, a revisão bibliográfica e a pesquisa documental, responsável por subsidiar a análise do processo formativo do Curso de Lideranças e Agentes Sociais Multiplicadores de 2022. Desse modo, o artigo é construído a partir do impulso presente no pesquisador que irá então realizar uma análise de diversos escritos que não receberam tratamento analítico, visando obter novas e complementares interpretações (GODOY, 1995).

Para a elaboração do referencial teórico, destaca-se a revisão bibliográfica realizada de acordo com os temas, sendo os trabalhos de Rodrigues (*et al* 2013) e Gadotti (2017), utilizados para fundamentar as discussões sobre Extensão Universitária e Freire (2016) e Frigotto (2001) utilizados para a exposição sobre Trabalho de base e Educação Popular.

Deste modo, a pesquisa documental abrangeu a leitura do projeto "Desenvolvimento de Iniciativas de Economia Popular Solidária e Tecnologias Sociais", apresentado em 2022 por meio da Chamada pública para apoio a projetos de extensão na área de inovação social e/ou tecnologias sociais e desenvolvimento da Economia solidária. Além disso, foi realizada a revisão de relatórios de atividades e das aulas, produtos do acompanhamento do Curso de Formação de Lideranças e Agentes Sociais realizado pela INICIES e pelo SAR, em 2022.



## 4 RESULTADOS

---

### 4.1 Formação de agentes sociais e incidência política

O curso de lideranças é considerado um desses espaços de fortalecimento do poder local e popular, é um instrumento de construção de saberes que impulsiona lideranças para mudarem a realidade de suas comunidades. Assim, no decorrer do Curso a INICIES e o SAR realizam atividades de acompanhamento da turma, incluindo: agenda das aulas; articulação de professores/as; organização da infraestrutura de funcionamento das aulas que ocorreram de modo virtual, via plataforma *google meet*; a organização e coordenação dos encontros presenciais, que ocorreram ao fim de cada eixo temático, totalizando três encontros. E ainda, a sistematização dos processos de ensino/aprendizagem. Por fim, cabe aos bolsistas da INICIES participarem das aulas e atividades realizadas, produzindo relatórios e registros fotográficos que documentam o desenvolvimento do processo de formação.

Durante a realização do curso, os cursistas são convidados a elaborar um gesto concreto, que visa realizar ações de incidência política nos problemas sociais encontrados na realidade local, que são convertidas em melhorias para suas comunidades. Os conteúdos do curso se desenvolveram embasados na metodologia dialética da Educação Popular, propondo reflexões a partir das experiências e da realidade na qual os cursistas estão inseridos, considerando as dimensões da vida e relacionando as ações subjetivas com a construção de projetos interventivos necessários para sociedade, articulando a prática com a teoria. Esse gesto concreto é a materialização da incidência política para acessar direitos sociais.

A incidência política que perpassa a Ecosol emerge a partir das demandas dos empreendimentos econômicos solidários: acesso ao crédito de fomento, tratamento específico para aquisições governamentais dos produtos, apoio ao desenvolvimento, democratização do conhecimento e disseminação de tecnologias sociais. Apesar dos avanços, muitos são os desafios para a conquista do espaço da Ecosol na sociedade, principalmente no que diz respeito à formação de agentes multiplicadores desse modelo produtivo.

Frigotto (2001 p 72) afirma que:



Vivemos, neste início de século e de milênio, um tempo de profundas contradições e, sobretudo, de uma inaceitável situação onde o avanço científico e tecnológico é ordenado e apropriado pelos detentores do capital em detrimento das mínimas condições de vida de mais de dois terços dos seres humanos.

Nesse sentido, somando-se a compreensão de que a extensão universitária vai além da incubação ou produção acadêmica englobando a formação de sujeitos políticos. A realização do “Curso de formação de lideranças e agentes sociais”, nos anos de 2021 e 2022 envolveu mais de 80 pessoas atuantes em regiões urbanas e rurais, no desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento das organizações que fazem parte. O curso, em 2023, está em sua terceira edição, tem como público-alvo lideranças comunitárias; agentes pastorais; professores/as da rede pública de ensino; residentes de diferentes municípios do Estado a construção do público parte do desejo de envolver pessoas das mais diferentes realidades a fim de formar agentes que atuem em comunidade a partir dos problemas existentes.

Por fim, o curso se desenvolve a partir da promoção de reflexões aos participantes sobre temas emergentes da realidade na qual são inseridos, nessa perspectiva se produz o senso crítico e a formação política para que na execução do gesto concreto seja possível intervir em entraves que dificultam a vivência em comunidade.

#### 4.2 Percorrendo a trajetória dos conteúdos do Curso de Lideranças e Agentes Sociais Multiplicadores/as

O Curso de Lideranças e Agentes Sociais Multiplicadores/as se desenvolveu para levar até os seus cursistas a discussão de uma diversidade de temáticas, para cada encontro foi escolhido um tema e para tal se convidava um especialista da área para ministrar a aula. O conteúdo do curso de Lideranças e Agentes Sociais está dividido em três eixos temáticos: Fundamentos da vida em sociedade: produção e reprodução social; Estratégias populares emancipatórias; Educação e comunicação popular nos processos de incidência política. Essas temáticas se convertem em aulas que preconizam a construção da consciência de classe dos indivíduos.



A aula sobre “Educação Popular e Democracia Substantiva” ministrada por Pedro Ribeiro discutiu os atravessamentos históricos do capitalismo até o desenvolvimento do neoliberalismo, e como o processo de globalização implica a interligação das relações econômicas, mas também culturais, dessa forma prosseguiu-se pelos apontamentos do neoliberalismo como ideologia totalitária que se criou dentro da democracia, se afirmando e se fortalecendo por meio de guerras híbridas, interpeladas pelo mundo digital, propagando *fake news* e enfraquecendo a política nos meios populares, se vendendo a ideia de um mundo desacreditado e sem esperança, em resposta a isto, destaca-se a necessidade de retomar aos conhecimentos de Paulo Freire, pois somente a educação promove a reflexão e leva a conscientização, finaliza destacando que a política pode ser compreendida como ciência e arte.

Em outra aula, denominada de “Desafios contemporâneos da desumanização do trabalho e as estratégias emancipatórias da classe trabalhadora”, ministrada por Prof. César Sanson, foi feita uma trajetória histórica pelo mundo do trabalho e dá enfoque aos processos de desumanização do trabalho na sociedade moderna, onde não há empregabilidade para todos, e os trabalhos são precarizados demais, sem compromisso com a dignidade humana. Para caracterizar o já abordado, comenta sobre os processos de “uberização” e a retomada de uma realidade de trabalho com ausência de direitos trabalhistas, colocando os sujeitos diante de um cenário de desvalorização e invisibilidade, levanta o quão esse alto contingente de desempregados tem alarmado o panorama da fome, ainda mais ao considerar os desdobramentos da pandemia do COVID-19. A justificar esses problemas sociais, comenta as mazelas provocadas pela herança colonial e escravocrata, que disseminou uma cultura da casa grande e patronal, a qual ainda cerceia a sociedade brasileira, imbuindo na realidade o aumento do trabalho pela via da informalidade, agora estigmatizado como empreendedorismo, que ao ser analisado se perceberá na perversidade em torno da lógica da competição, que é reflexo do neoliberalismo, essa ofensiva da ordem do capital, caracterizada pelo desregulamentar e efetivando-se através da terceirização, reforma trabalhista, reforma da previdência e reforma administrativa. Essa aliança faz com que o Estado ao invés de limitar o capital, seja aliado.



Em contrapartida para refletir “Para onde vamos? O que fazer?”, César aponta que precisamos de força para reconstruir o estado brasileiro, pois ele sofreu muito nos últimos anos. Trata como necessária uma Renda Mínima Universal (R.M.U), uma luta pela taxaço do capital financeiro e a taxaço dos robôs. Ademais, apresenta como crucial viabilizar a inclusão social via financiamento do Estado, criando estratégias de autogestão pela comunidade, por exemplo, a restauração do meio ambiente, dessa maneira, pessoas trabalhando pela comunidade. Entre outras estratégias, ressalta que o trabalho é dialético, e a vida pode ser transformada pela luta.

Como temática indispensável, denominada “Condição feminina, desigualdades do capitalismo e do sistema patriarcal e as lutas emancipatórias das mulheres”, teve-se como ministrante a Profa. Verônica Ferreira, ela introduz a temática e comenta as experiências quando na condição de mulheres, desde o silenciamento às resistências. Contribui para refletir sobre como é gerado o patriarcado, e como esta estrutura exerce poder e oprime as mulheres, ao tempo que não contempla a existência das mulheres na plenitude de exercer todas as suas dimensões de ser.

A Profa. Verônica Ferreira apresentou os quatro pilares que sustentam o “telhado” do patriarcado. Sendo o primeiro pilar, o controle do corpo das mulheres, o segundo pilar é a violência, aludindo a violência doméstica cotidiana, essa violência que pode ser expressa pela posse, pelo ciúmes e pela relação vigilante, o outro pilar do patriarcado é em relação ao espaço de participação política, as mulheres são excluídas historicamente destes espaços, o quarto e último pilar é a divisão do trabalho entre homens e mulheres, pois construiu-se uma divisão com papéis ainda muito bem definidos, o que repercute em preconceitos quando as mulheres vão ocupar cargos profissionais que foram muito associados aos homens, pode-se refletir também sobre a socialização do trabalho do cuidado ou trabalho doméstico cujo as mulheres ficam majoritariamente responsáveis, isso resulta na conceção do cuidado como um valor não humano, sendo o machismo ruim até mesmo para existência e construção dos homens. Esses pilares quando juntos se fortalecem como um grande movimento de opressão sob a vida das mulheres.

Em outra aula, ministrada pela Deputada Estadual Divaneide Basílio, cujo título foi “Totalitarismo neoliberal, neoconservadorismo e as perspectivas de construção da



democracia substantiva no contexto atual”, ela comenta que o fascismo se expressa quando as pessoas são apoiadoras do desmonte das políticas, quando se cerceia o sentimento de medo até mesmo para se falar de democracia. Para contextualizar a temática ela comenta sobre o período de bem estar social, em contrapartida, versa também sobre a ideia da mão invisível do mercado apresentada pelos liberais clássicos, ou seja, a ausência do Estado regulador. Destaca o quão é importante o conjunto das ideias de democracia representativa, democracia participativa, e democracia substantiva que engloba o aconchego de todas as diferenças, mas sobretudo a justiça para todos.

Ao questionar quais as contradições do momento, traz à tona a questão em torno das mudanças climáticas, que estão estreitamente ligadas com a alta produção de tecnologias e com o descontrole do uso dos recursos da natureza. Ao abordar a transição do liberalismo para as regras do período marcado pelo neoliberalismo, apresenta que houve uma série de elementos que contribuíram para a disseminação do neoliberalismo, constituindo-se por uma série de estratégias políticas, econômicas e jurídicas orientadas para a crise capitalista. Além disso, fala da primeira experiência no mundo com o neoliberalismo, realizada no Chile e, que isso acontece na América Latina por encontra-se em condição de país periférico, e assim as experiências testes são colocadas para cá. Também debate sobre o Estado Mínimo e como se diferencia do Estado de Bem-estar social, apresenta a forma a qual o neoliberalismo se materializa, vindo acompanhado das ideias de modernização, terceirização, racionalização e competitividade, que difundem um cenário de maiores desigualdades sociais, gerando mais pobreza, pois se caracteriza por meio da política global de concentração de recursos, difundida em meio um mercado em disputa.

Ainda entre as temáticas do curso, o convidado João Pedro Stedile apresentou a aula intitulada “Desafios da construção de um Projeto Nacional Popular: do Brasil que temos ao Brasil que queremos e construiremos”, ele rememora a história do Brasil e do mundo, diz que se enfrenta a pior crise estrutural do capitalismo, por conseguinte, nunca antes havíamos vivenciando a homogeneização do capitalismo financeiro de forma tão acirrada, enquanto isso o capitalismo não gera o acesso aos bens sociais para toda a humanidade, e é provocado um acúmulo de desigualdades de forma



espantosa. Expõe que a realidade de muitos brasileiros vem acompanhada da falta de emprego, sem perspectiva de aposentadoria, somando-se a um cenário marcado pela falta de habitação, falta de acesso a serviços de saúde e educação, entre outras coisas, além da crise climática e as grandes ameaças de guerra provocadas pelo capitalismo.

João Pedro Stédile comenta sobre o aumento da temperatura do planeta e do aumento do nível do mar e como isso vai afetar as cidades litorâneas, fazendo necessário que diversas comunidades precisem se deslocar dos seus territórios. De modo geral, ele comenta sobre muitas situações e fatores que exemplificam o núcleo de uma crise civilizatória que vem se desencadeando no seio do capitalismo imperialista, expondo que no cenário atual, prega-se o consumismo, o egoísmo, o individualismo, considerando estes como falsos valores e que não pregam o bem estar social para a vida da humanidade, mas pelo contrário, os atuais parâmetros de valores empregam um cenário de crise, de capitalismo dependente, refere-se ao Brasil, dentro desse circuito, como mão de obra e lugar onde se cometem crimes para se acumular riquezas lá fora, cita à exemplo, o caso das mineradoras.

João Pedro Stedile alerta que para a ideia de um projeto de país, não se deve limitar a um programa de governo, pois este se baseia em hipóteses. Destacando que para a construção de um projeto de país, se dá num processo contínuo de construção coletiva e através dos mecanismos de participação popular. Dessa maneira, conclui-se que não se pode construir um projeto de país baseado no sentido econômico social, é preciso que se tenha por base alguns paradigmas de valor, por exemplo, têm-se que pensar a utilização dos bens da natureza, se dando por meio do acesso do bem comum, de forma racional e equilibrada entre o meio ambiente e as necessidades humanas, como também deve-se propagar a ideia de igualdade social.

Estas foram algumas das temáticas do Curso de Lideranças e Agentes Sociais Multiplicadores/as do ano de 2022. Todavia, são discussões basilares para a melhor e mais profunda compreensão dos outros temas, que foram: Economia Popular Solidária e Agroecologia; Questão Agrária no Brasil; Segurança Alimentar e Nutricional; Territorialidade, diversidade e povos originários; Defesa socioambiental e os direitos da natureza (tanto sobre a questão hídrica e a questão das eólicas); Educação popular e formação de agentes comunitários; Organização popular, movimentos sociais urbanos



e rurais e trabalho de base; Incidência Política, participação e controle social; Sistematização das práticas e disseminação de saberes na perspectiva da educação popular.

Como resultado desse processo de ensino aprendizagem, obteve-se ao longo da trajetória do curso um bom engajamento social da turma, de forma que mesmo que a maioria dos encontros tenham se dado via google meet, a dinamicidade dos encontros foi marcada pela participação dos alunos. Bem como, após a desenvoltura desses temas, é solicitado que os alunos e alunas realizem o gesto concreto, sendo esta a metodologia adotada por demonstrasse como a melhor atividade diante o compreendido como estratégia de incentivo a Educação Popular.

---

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A iniciativa do SAR e INICIES ao desenhar e executar o Curso de Lideranças e Agentes Sociais Multiplicadores nasce com o intuito de despertar nos cursistas, assim como o próprio nome revela, as potenciais lideranças e agentes sociais multiplicadores/as que podem ser, partindo do reconhecimento que a crise estrutural do capitalismo não pode barrar o acesso ao conhecimento e as iniciativas populares, dessa maneira, o curso é desenvolvido pelos pilares da pedagogia freireana, para provocar a reflexão e conscientização, mas também a incidência política

As estratégias adotadas pelo curso são caracterizadas pela busca de uma educação emancipatória, integrando teoria e prática por uma perspectiva política e crítica, apresentando conteúdos diversos e atuais, e que ao mesmo tempo cativa os valores e princípios da Economia Solidária. De modo geral, a aceitabilidade do curso tem sido positiva, de tal maneira que já está sendo realizada a terceira edição do Curso de Lideranças e Agentes Sociais Multiplicadores/as, além do que, as turmas têm se engajado socialmente na materialização dos seus gestos concretos.

---

## REFERÊNCIAS

BRITO, Paulo Afonso. Uma concepção metodológica dialética da Educação Popular. IN: Movimentos Sociais e Educação Popular no Nordeste. EQUIP. Recife: 2003.





[Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

FERREIRA, Benedito de Jesus Pinheiro. Educação pública como direito social: desafios para a construção de um sistema articulado no Brasil. **Katalysis**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 502-512, set. 2013.

FREIRE, P. (2016). Pedagogia do Oprimido. 62o Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 71-87, 2001.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, v. 15, p. 1-18, 2017.

GODOY, Arilda Schmidt. PESQUISA QUALITATIVA: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun 1995.

LIMA, Luciene Maria de Mesquita. Educação Popular: O que é isso?. EQUIP, Recife, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PRATES, Jane Cruz. O método e a teoria marxiana. Natal: Seminário de Pesquisa e Marxismo, p. 1-25, 2016.

RODRIGUES, A. L. L.; COSTA, C. L. N. do A.; PRATA, M. S.; BATALHA, T. B. S.; PASSOS NETO, I. de F. Contribuições da extensão universitária na sociedade. Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 141-148, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/494>. Acesso em: 26 jul. 2023.

SILVA, Ranulfo. A Retomada do trabalho de base. **Cartilha nº4 da Consulta Popular**, São Paulo, p. 17-36, out. 2001.

SINGER, P. (2002) Introdução à Economia Solidária. 1a ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.